

Kandir fala hoje com o FMI

Secretário vai fazer a apresentação do orçamento aprovado na semana passada

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O governo Collor inicia amanhã entendimentos com o Fundo Monetário Internacional respaldado por uma credibilidade política incomparavelmente maior do que a das administrações que se sucederam em Brasília desde o início da crise da dívida, em 1982. O secretário especial para Assuntos Econômicos, Antonio Kandir, que viaja hoje para Washington, fará uma apresentação sobre o orçamento federal adotado na semana passada e deve pedir ao diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, que envie uma missão negociadora a Brasília o mais tardar no início de agosto.

"As equipes econômicas de Figueiredo e Sarney vieram a Washington trazendo intenções de política econômica. Os representantes do atual governo chegam trazendo um capital de realizações", observou um funcionário internacional que acompanhará de perto as negociações.

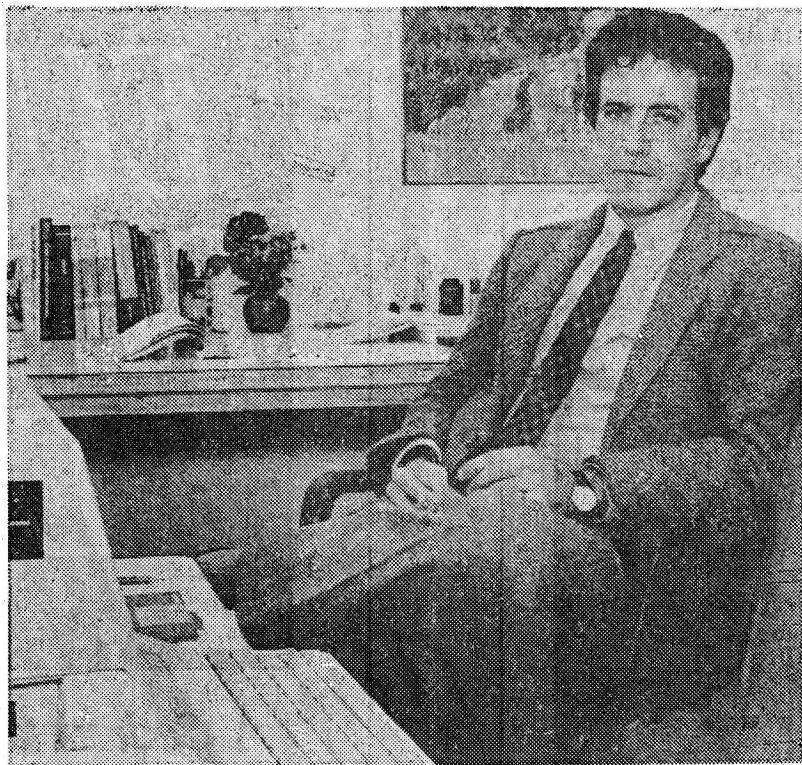
Este capital político, que em princípio ajudará a acelerar as conversas, poderá se revelar insuficiente, no entanto, quando os técnicos da instituição começarem a esmiuçar as contas nacionais e o perfil dos pagamentos externos previstos pelo programa financeiro para o qual o País quer receber o apoio do Fundo.

Em vista do montante acumulado de pagamentos atrasados de juros aos bancos internacionais (cerca de US\$ 6 bilhões hoje e perto de US\$ 10 bilhões em setembro), a falta de negociações formais entre o governo e os bancos sobre como resolver o problema poderá transformar-se num obstáculo à aprovação do programa com o FMI no prazo de dois meses previsto pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Fontes da instituição indicaram ao **Estado** que, embora nos últimos tempos o Fundo tenha decidido não esperar pela participa-

ção dos bancos para apoiar programas de estabilização de países endividados, como aconteceu nos casos do México e, mais recentemente, da Argentina, a instituição não cairá no extremo oposto, apoiando um programa financeiro cuja consistência e viabilidade dependa do não pagamento de um grupo de credores. "Isso não quer dizer que a diretoria, antes de aprovar o programa, precisará saber exatamente quando o Brasil retomará os pagamentos aos bancos e quanto pagará. Mas é necessário que, no momento da aprovação, o País e os bancos estejam negociando seriamente e encaminhados para um acordo", explicou a fonte.

O cronograma do governo, reafirmado nos últimos dias pela ministra da Economia e pelo negociador da dívida, Jório Dauster, prevê o início de conversas individuais com representantes dos principais credores, em Brasília, no mês que vem. A dívida, portanto, é se, até setembro, essas conversas terão produzido resultados suficientes e evoluído para o que os bancos, os organismos multilaterais e os demais países devedores entenderam até agora como negociações formais, ou seja, via comitê de bancos. Se tudo correr bem, em setembro Camdessus já terá recebido a avaliação inicial do programa brasileiro feita pela missão negociadora e estará em condições de dar-lhe seu apoio. Mas esse cenário pode complicar-se se até lá as negociações com os bancos não estiverem em andamento. A questão não parece estar resolvida dentro do próprio governo brasileiro. Parece haver na equipe econômica uma preferência por um formato novo e mais lento de negociação, que eventualmente dispense o comitê.

Em maio passado, o Fundo só reativou um acordo com a Argentina depois que o país assumiu, na sua carta de intenção, o compromisso de reatar os entendimentos com os bancos. Os contatos foram retomados às pressas, em Nova York, e sob pressão dos bancos, a Argentina, com quase US\$ 6 bilhões de juros atrasados, anunciou o reinício parcial do serviço da dívida.



Luiza Bracalli/AE - 29-9-89

Kandir deverá pedir o envio de comissão negociadora ao País